



CALÇADO-PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇADO - PERNAMBUCO

**PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E
DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação
- ▶ Educação
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL Nº 001/2025



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

40
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



CALÇADO - PE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALÇADO -
PERNAMBUCO - PE

Professor da Educação
Infantil e dos Anos Iniciais
do Ensino Fundamental

EDITAL Nº 001/2025

CÓD: SL-086OT-25
7908433285397

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Concordância verbal e nominal	10
3. Regras de acentuação	14
4. Ortografia oficial	15

Legislação

1. Base nacional comum curricular (bncc)	29
2. Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	71

Educação

1. Fundamentos e concepções pedagógicas	95
2. Teorias da aprendizagem	96
3. Planejamento e prática docente	100
4. Avaliação da aprendizagem	102
5. Gestão escolar e projetos pedagógicos	103
6. Educação inclusiva	113
7. Tecnologias educacionais	118
8. Metodologias ativas de ensino	121

Conhecimentos Específicos Professor da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental

1. Fundamentos da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental	127
2. Estatuto da criança e do adolescente (eca)	135
3. Diretrizes curriculares nacionais	174
4. Alfabetização e letramento	175
5. Desenvolvimento da linguagem oral e escrita	176
6. Ensino de matemática nos anos iniciais	178
7. Metodologias de ensino para ciências, história e geografia	178
8. Psicologia da educação e desenvolvimento infantil	179
9. Avaliação da aprendizagem	181
10. Planejamento pedagógico e projeto político-pedagógico	182
11. Inclusão escolar e educação especial	183
12. Práticas de educação em tempo integral	190
13. Tecnologias educacionais	191

ÍNDICE

14. Metodologias ativas de aprendizagem	192
---	-----

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba

identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

► Importância da Compreensão dos Tipos de Linguagem

Entender os tipos de linguagem é crucial para uma interpretação de textos eficaz, pois permite que o leitor reconheça como as mensagens são construídas e transmitidas. Em textos que utilizam apenas a linguagem verbal, a atenção deve estar voltada para o que está sendo dito e como as ideias são organizadas. Já em textos que empregam a linguagem não-verbal ou mista, o leitor deve ser capaz de identificar e interpretar símbolos, imagens e outros elementos visuais, integrando-os ao conteúdo verbal para chegar a uma interpretação completa.

Desenvolver a habilidade de identificar e interpretar os diferentes tipos de linguagem contribui para uma leitura mais crítica e aprofundada, algo essencial em provas que avaliam a competência em Língua Portuguesa. Essa habilidade é um diferencial importante para a compreensão do que está explicitamente escrito e para a interpretação das nuances que a linguagem não-verbal ou mista pode adicionar ao texto.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada, especialmente em contextos de provas de concursos

públicos. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

LEGISLAÇÃO

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

1. INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus

aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas,

EDUCAÇÃO

FUNDAMENTOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS, SOCIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Os fundamentos da educação são construídos a partir de diferentes campos do saber, entre os quais se destacam a filosofia, a sociologia e a psicologia. Esses três campos fornecem elementos indispensáveis para a análise crítica do fenômeno educativo.

Do ponto de vista filosófico, destacam-se três correntes principais que influenciam a pedagogia: o idealismo, o realismo e o pragmatismo. O idealismo, vinculado a pensadores como Platão, vê a educação como um meio de elevação da alma por meio do conhecimento. Já o realismo, representado por Aristóteles e, mais tarde, por Comenius, entende a educação como processo de adaptação à realidade objetiva. O pragmatismo, com Dewey como principal expoente, valoriza a experiência e a resolução de problemas como meios para aprender, propondo uma educação centrada no aluno.

Na perspectiva sociológica, autores como Émile Durkheim, Karl Marx e Pierre Bourdieu fornecem importantes análises sobre a função social da escola. Durkheim entende a escola como espaço de socialização e reprodução dos valores da sociedade. Marx vê a educação como reflexo das contradições do sistema capitalista, instrumento tanto de reprodução quanto de possível transformação social. Bourdieu introduz o conceito de capital cultural, mostrando como a escola contribui para a reprodução das desigualdades sociais.

Do ponto de vista psicológico, as contribuições de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Henri Wallon são essenciais. Piaget destaca os estágios do desenvolvimento cognitivo e a importância do construtivismo. Vygotsky foca no papel do contexto social e da linguagem na aprendizagem, por meio da teoria da mediação e da zona de desenvolvimento proximal. Wallon propõe uma abordagem psicogenética que integra aspectos emocionais, cognitivos e motores no desenvolvimento infantil.

Essas abordagens não são excludentes. Pelo contrário, elas se articulam e complementam, oferecendo ao educador uma base ampla para refletir e fundamentar sua prática pedagógica.

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS: TRADICIONAL, TECNICISTA, LIBERTADORA, LIBERTÁRIA E CRÍTICO-SOCIAL DOS CONTEÚDOS

As concepções pedagógicas representam diferentes modos de entender o processo educativo. Cada uma propõe uma visão distinta sobre o papel da escola, do professor, do aluno e do conhecimento. A seguir, apresentamos as principais:

- **Pedagogia Tradicional:** Centrada na figura do professor, que é o transmissor do conhecimento. O aluno ocupa uma posição passiva, recebendo informações. O conteúdo é valorizado, com ênfase na memorização e na disciplina. Essa abordagem foi predominante até meados do século XX.
- **Pedagogia Tecnicista:** Influenciada pelas teorias behavioristas, essa concepção se desenvolve no contexto da industrialização e da ditadura militar no Brasil. Valoriza a eficiência, os objetivos operacionais e o controle do processo de ensino-aprendizagem. O professor é um executor de planos e o aluno, um agente condicionado.
- **Pedagogia Libertadora:** Baseada nos escritos de Paulo Freire, essa pedagogia propõe uma educação voltada à emancipação e à transformação social. O diálogo, a problematização e a reflexão crítica são seus pilares. Professor e aluno constroem juntos o conhecimento.
- **Pedagogia Libertária:** Inspirada em correntes anarquistas e autogestionárias, propõe uma educação centrada na autonomia do sujeito. Defende a ausência de hierarquias e a autogestão dos processos educativos.
- **Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos:** Proposta por Dermeval Saviani, busca superar a dicotomia entre conteúdo e prática social. Valoriza o conhecimento sistematizado como meio de apropriação crítica da realidade. O professor deve mediar o acesso aos conteúdos escolares, articulando-os com a vivência do aluno.

Cada concepção pedagógica apresenta vantagens e limitações, sendo fundamental conhecê-las para identificar suas influências nas práticas escolares e em documentos curriculares.

CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS E OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As concepções pedagógicas não existem isoladamente; elas influenciam a elaboração dos documentos legais e orientadores da educação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), por exemplo, adota princípios que se alinham à pedagogia crítica, ao enfatizar a formação integral do educando e a gestão democrática do ensino.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada a partir de 2017, incorpora elementos do construtivismo, com foco no protagonismo do aluno, no desenvolvimento de competências e habilidades, e na contextualização do ensino. A abordagem por competências, proposta pela BNCC, tem raízes no construtivismo de Piaget e na perspectiva sociointeracionista de Vygotsky.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), embora anteriores à BNCC, também refletem essa orientação construtivista, propondo a articulação entre conhecimentos escolares e experiências de vida dos alunos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), por sua vez, reafirma o compromisso com a educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, alinhando-se à concepção de educação como direito social e instrumento de transformação.

Assim, compreender as concepções pedagógicas ajuda o candidato não só a responder corretamente questões objetivas, mas também a interpretar com profundidade os documentos legais da área educacional.

TEORIAS DA APRENDIZAGEM

► Teorias da Aprendizagem

As teorias da aprendizagem são fundamentais para entender como o ser humano adquire, processa e retém o conhecimento. Elas fornecem uma base teórica para que educadores e psicólogos compreendam os diferentes mecanismos envolvidos no aprendizado, além de fornecerem subsídios para a criação de estratégias pedagógicas eficazes.

Entre as principais abordagens estão o Behaviorismo, a Teoria Cognitiva e a Teoria da Aprendizagem Social, cada uma com ênfases e implicações distintas para a prática educacional.

Behaviorismo:

O behaviorismo, desenvolvido por pesquisadores como John Watson e B.F. Skinner, foca no estudo de comportamentos observáveis e acredita que o aprendizado é fruto de associações entre estímulos e respostas. A premissa básica dessa teoria é que todo comportamento pode ser moldado por meio de reforços e punições, sendo a aprendizagem o resultado dessas associações e condições externas.

Principais Conceitos:

- **Condicionamento Clássico:** Desenvolvido por Ivan Pavlov, este conceito refere-se ao aprendizado baseado na associação entre um estímulo neutro e um estímulo incondicionado. Por exemplo, ao tocar um sino antes de alimentar um cão repetidamente, Pavlov fez com que o cão começasse a salivar apenas ao ouvir o sino, associando o som à comida.
- **Condicionamento Operante:** Introduzido por B.F. Skinner, esse tipo de aprendizado envolve o uso de reforços (positivos ou negativos) para aumentar a frequência de um comportamento, e de punições para reduzir sua ocorrência. Por exemplo, ao elogiar um aluno que responde corretamente (reforço positivo), aumenta-se a chance de que ele continue participando ativamente.

Implicações para a Educação:

Na educação, o behaviorismo se traduz em práticas como o reforço positivo (elogios, recompensas) para motivar comportamentos desejáveis, e o reforço negativo (remoção de um fator desagradável) ou punição para reduzir comportamentos indesejáveis. A aprendizagem programada e o ensino mecânico, onde os alunos recebem feedback imediato sobre seu desempenho, também são influenciados por essa abordagem.

Teoria Cognitiva:

A Teoria Cognitiva, desenvolvida a partir do trabalho de psicólogos como Jean Piaget e Jerome Bruner, foca nos processos mentais internos envolvidos na aprendizagem. Diferente do behaviorismo, que se concentra nos comportamentos observáveis, o cognitivismo busca entender como a informação é percebida, armazenada e recuperada pela mente. Essa abordagem considera o aprendiz como um agente ativo que constrói seu próprio conhecimento, organizando e interpretando as informações.

Principais Conceitos:

- **Processamento de Informação:** A aprendizagem é vista como um processo de transformação e organização da informação, semelhante ao processamento de dados em um computador. Esse processo envolve a atenção, a codificação, o armazenamento e a recuperação de informações.
- **Esquemas e Estruturas Mentais:** Inspirado em Piaget, o conceito de esquema refere-se a estruturas mentais que organizam o conhecimento. Quando a pessoa é exposta a uma nova informação, ela a assimila (incorpora ao esquema existente) ou a acomoda (modifica o esquema para se ajustar à nova informação).
- **Aprendizagem Descoberta:** Jerome Bruner enfatizou a importância da aprendizagem por descoberta, na qual o aluno explora e constrói o conhecimento de maneira ativa. A aprendizagem é mais significativa quando o aluno encontra soluções e respostas por si próprio, ao invés de simplesmente memorizar informações.

Implicações para a Educação:

Na perspectiva cognitivista, o ensino deve considerar a forma como os alunos organizam e processam a informação. A criação de atividades que promovam a resolução de problemas e a organização do conhecimento em esquemas facilita o entendimento e a retenção das informações. Métodos como o ensino por projetos, o uso de analogias e o incentivo à reflexão sobre o próprio processo de aprendizagem (metacognição) são altamente recomendados nessa abordagem.

Teoria da Aprendizagem Social:

A Teoria da Aprendizagem Social, proposta por Albert Bandura, introduz um elemento inovador ao enfatizar que o aprendizado ocorre por meio da observação e da interação social. Para Bandura, as pessoas aprendem ao observar o comportamento de outras e ao compreender as consequências que acompanham esses comportamentos, sejam elas positivas ou negativas. Esse processo é conhecido como modelagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

A Educação Infantil é essencial para o desenvolvimento integral da criança, abrangendo não apenas o preparo para futuras aprendizagens escolares, mas também a formação emocional, social e cognitiva. Essa etapa ocorre entre zero e cinco anos de idade, período em que o cérebro está em rápida expansão e criação de conexões neurais, o que torna as experiências dessa fase decisivas para o desenvolvimento futuro. Vamos explorar, a seguir, os principais motivos que fazem dessa fase uma etapa tão importante.

Desenvolvimento Social e Emocional

O ambiente da Educação Infantil promove as primeiras interações sociais estruturadas fora do núcleo familiar. Nessas interações, a criança aprende habilidades sociais básicas e começa a desenvolver empatia, compreensão e cooperação, fatores importantes para a convivência em sociedade.

- **Formação da Autoconfiança e da Autonomia:** A Educação Infantil oferece oportunidades para que a criança descubra suas próprias habilidades e se sinta capaz de explorar o ambiente. A autonomia, estimulada por atividades que promovem pequenas responsabilidades, como organizar brinquedos ou se vestir com ajuda mínima, é fundamental para o crescimento pessoal e autoconfiança.
- **Regulação das Emoções:** A partir da interação com colegas e educadores, a criança aprende a lidar com diferentes sentimentos, como frustração, tristeza e alegria. A mediação do adulto nessa etapa é crucial para ajudar a criança a identificar e nomear as emoções, bem como a reagir a elas de forma construtiva.

Desenvolvimento Cognitivo

O desenvolvimento cognitivo na Educação Infantil está relacionado ao fortalecimento das habilidades de raciocínio, linguagem e compreensão do mundo. Esse desenvolvimento ocorre de maneira intensa durante a primeira infância, fase em que a criança está especialmente sensível ao aprendizado por meio da exploração e da curiosidade.

- **Exploração do Mundo ao Redor:** Na Educação Infantil, a criança é incentivada a experimentar e questionar o mundo à sua volta. Essa exploração fortalece habilidades cognitivas como atenção, percepção, memória e resolução de problemas.

- **Desenvolvimento da Linguagem:** Interagir com educadores e outras crianças estimula a linguagem oral e aumenta o vocabulário da criança. Ao participar de atividades de leitura e rodas de conversa, por exemplo, a criança aprimora sua compreensão linguística, o que será a base para o desenvolvimento da alfabetização.

- **Estímulo da Criatividade e Imaginação:** A Educação Infantil valoriza atividades lúdicas que permitem a criança criar, imaginar e solucionar problemas de forma criativa. Por meio de brincadeiras e atividades artísticas, como desenho e pintura, ela exercita a imaginação, um elemento essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional.

Desenvolvimento Motor

A Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento motor, uma vez que nessa fase ocorrem marcos importantes na coordenação dos movimentos e no equilíbrio corporal. Esse desenvolvimento é essencial não apenas para atividades escolares futuras, mas também para a saúde física da criança.

- **Desenvolvimento da Coordenação Motora Fina e Grossa:** Atividades que envolvem movimentos amplos, como correr, pular e escalar, ajudam no desenvolvimento da coordenação motora grossa. Ao mesmo tempo, atividades que exigem movimentos precisos, como pintar ou montar blocos, contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora fina, fundamental para a escrita.
- **Conscientização Corporal e Equilíbrio:** O ambiente da Educação Infantil possibilita à criança entender e explorar as capacidades e os limites de seu corpo, desenvolvendo equilíbrio, ritmo e agilidade. A prática de atividades físicas também contribui para a saúde geral e o bem-estar, além de ensinar conceitos de disciplina e persistência.

Formação de Habilidades para o Aprendizado Futuro

Além dos aspectos emocionais, sociais e motores, a Educação Infantil prepara a criança para aprendizagens futuras. Com uma abordagem lúdica e interativa, a criança é incentivada a desenvolver habilidades e hábitos que serão essenciais ao longo da vida escolar e pessoal.

▪ **Hábito de Exploração e Aprendizagem Ativa:** Ao realizar experimentações e atividades práticas, a criança desenvolve o hábito de explorar, questionar e buscar respostas, habilidades que serão valiosas em seu percurso acadêmico.

▪ **Construção da Base para a Alfabetização e o Pensamento Lógico:** Mesmo que a alfabetização formal ocorra apenas no Ensino Fundamental, as bases para a leitura e a matemática são formadas desde a Educação Infantil. Contato com livros, histórias e jogos que envolvem números ajudam a criança a desenvolver conceitos fundamentais de linguagem e lógica.

Relação entre a Educação Infantil e o Desenvolvimento Integral

Estudos apontam que a participação em programas de Educação Infantil de qualidade tem impactos positivos ao longo da vida, como maior desempenho escolar, habilidades sociais mais desenvolvidas e menor probabilidade de evasão escolar. A neurociência também comprova que as interações e estímulos recebidos na primeira infância impactam diretamente a estrutura e o funcionamento do cérebro, favorecendo a resiliência, o aprendizado e o bem-estar.

A Educação Infantil cumpre uma função educativa ampla e complexa, que vai muito além do preparo para o Ensino Fundamental. Ela promove o desenvolvimento integral, auxiliando a criança a construir sua identidade e a adquirir habilidades fundamentais para toda a vida.

Por meio de experiências estruturadas e orientadas por profissionais qualificados, a Educação Infantil atua como um alicerce para a formação de indivíduos saudáveis, socialmente integrados e emocionalmente seguros, capazes de enfrentar desafios e aprender de forma contínua.

LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e é um direito garantido pela legislação brasileira. As diretrizes para essa fase têm como objetivo assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e voltada para o desenvolvimento integral das crianças.

As leis e documentos oficiais orientam os princípios, objetivos e práticas pedagógicas a serem adotadas pelas instituições de ensino. Abaixo, exploraremos as principais bases legais e diretrizes curriculares para a Educação Infantil, destacando as normas que regulam essa etapa educacional e asseguram os direitos das crianças.

Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 representa o marco fundamental para os direitos sociais no Brasil, incluindo a educação infantil. No artigo 208, inciso IV, a Constituição estabelece que o Estado tem o dever de garantir “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade”. Esse dispositivo legal reconhece a Educação Infantil como um direito da criança e uma obrigação do Estado, assegurando o acesso a um ambiente que promova o desenvolvimento integral desde os primeiros anos de vida.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/96

A LDB, promulgada em 1996, é a principal lei que organiza e regula o sistema educacional brasileiro, incluindo a Educação Infantil. Em seu artigo 29, a LDB define a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica, voltada para o desenvolvimento integral das crianças até os cinco anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

► Princípios e Estrutura da Educação Infantil na LDB

A LDB destaca que a Educação Infantil deve ser oferecida em duas modalidades:

▪ **Creche:** Atende crianças de zero a três anos de idade e foca em cuidados básicos e desenvolvimento de habilidades iniciais de socialização, linguagem e coordenação motora.

▪ **Pré-escola:** Atende crianças de quatro e cinco anos e já se orienta para a construção de bases mais estruturadas para o desenvolvimento cognitivo e social, preparando-as para o ingresso no Ensino Fundamental.

Além disso, a LDB determina que o currículo da Educação Infantil deve ser flexível e adequado às necessidades e interesses das crianças, sem adotar uma prática pedagógica formal e sistematizada como nas etapas escolares posteriores.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014

O PNE estabelece metas e estratégias para a educação brasileira até 2024, incluindo a Educação Infantil. Entre as metas do PNE, destaca-se a Meta 1, que visa “universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE”. Essa meta reforça a obrigação do Estado de garantir acesso à educação infantil e impulsiona políticas públicas voltadas para a ampliação de vagas e a melhoria da infraestrutura e da qualidade das creches e pré-escolas.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil

A BNCC, homologada em 2017, é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais para todas as etapas da educação básica, incluindo a Educação Infantil. Ela representa um marco nas diretrizes curriculares, estabelecendo objetivos e conteúdos que devem ser trabalhados em instituições de ensino em todo o país.

Na Educação Infantil, a BNCC organiza as aprendizagens em Campos de Experiências, que são áreas de conhecimento que favorecem o desenvolvimento integral da criança.

► Campos de Experiências na BNCC

A BNCC estrutura a Educação Infantil em cinco Campos de Experiências, que têm como objetivo orientar o trabalho pedagógico de forma integrada e lúdica:

▪ **O Eu, o Outro e o Nós:** Promove o desenvolvimento da identidade e da noção de pertencimento, trabalhando aspectos como convivência, respeito e empatia.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!